



**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**

# **Relatório de Pilar 3**

**4º Trimestre de 2021**

## Relatório de Pilar 3

Publicação Trimestral do Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará).

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Relatório de Pilar 3, 4T2021, Banco do Estado do Pará S.A.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de truncamento de valores (R\$).

### Convenções Estatísticas

- dados nulos ou inexistentes;

**0** ou **0,0** valor menor que mil.

Banco do Estado do Pará S.A.

Superintendência de Risco Financeiro

Edifício-Sede – 6º andar

66010-000 Belém – Pa.

Fone/Fax: (91) 3348–3213/3265

## Lista de Siglas

**ACP** – Adicional de Capital Principal, estabelecido pela Resolução CMN nº 4.958/2021

**Audin** – Auditoria Interna

**Bacen / BCB** – Banco Central do Brasil

**BP** – Balanço Patrimonial

**CA** – Conselho de Administração

**CCRA** - Código de informação, estabelecido pela Circular Bacen nº 3.930/2019

**Ciro** - Comitê de Controles Internos e Risco Operacional

**CMN** – Conselho Monetário Nacional

**Coaud** – Comitê de Auditoria Estatutário

**Comliq** – Comitê de Risco de Mercado e Liquidez

**Corie** – Comitê de Riscos Estatutário

**Coris** - Comitê de Risco de Crédito

**CRA** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**CRB** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**CR1** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**CR2** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**Dicri** – Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores

**GERCG** - Gerência de Risco de Crédito Global

**Geric** - Gerência de Risco de Mercado e Liquidez e Gestão de Capital

**Gerop** - Gerência de Risco Operacional e Continuidade de Negócios

**IRRBBA** – Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**IRRBBI** – Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**KM1** – Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**LIQA** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**MRA** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**MR1** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**Nucic** – Núcleo de Controle Interno e Compliance

**Nuple** - Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos

**OVA** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**OV1** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**SECA** - Código de informação, estabelecido pela Resolução BCB nº 054/2020

**Suafi** - Superintendência de Administração Financeira

**Sucap** - Superintendência de Captação e Numerários

**Suris** - Superintendência de Gestão de Risco Financeiro

**Surop** - Superintendência de Gestão de Risco Operacional

**RAS** – Declaração de Apetite por Riscos



|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>15. Risco Cibernético</b> .....  | <b>29</b> |
| 15.1. Estrutura.....                | 29        |
| 15.2. Mitigação.....                | 29        |
| <b>16. Controles Internos</b> ..... | <b>29</b> |
| 16.1. Estrutura.....                | 29        |
| 16.2. Avaliação dos Controles.....  | 29        |
| <b>17. Conclusão</b> .....          | <b>30</b> |

## Prefácio

Este relatório atende às recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia e também às determinações da Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações, que dispõem sobre o gerenciamento contínuo e integrado de riscos, o gerenciamento contínuo de capital e a política de divulgação de informações.

As informações constantes neste relatório são revisadas e validadas pelo *Chief Risk Officer - CRO*

e Diretoria Colegiada, adotando as melhores práticas da indústria financeira e os preceitos da governança corporativa, e divulgadas em conformidade com a Resolução BCB nº 054/2020, que dispõe sobre a divulgação do Relatório de Pilar 3 e sua disponibilidade em formato de dados abertos (json).

## 1. Introdução

A gestão de riscos e de capital constitui-se em instrumento fundamental para uma adequada tomada de decisão, que contribui para otimização da relação risco versus retorno.

Um adequado gerenciamento de riscos é essencial para subsidiar os Órgãos de Governança na tomada de decisões, por meio do monitoramento das perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, de mercado, *IRRBB*, de liquidez, operacional, de *compliance*, socioambiental, cibernético e demais riscos relevantes identificados.

## 2. Objetivo

O presente relatório tem por objetivo divulgar ao mercado e às partes interessadas informações qualitativas e quantitativas referentes ao gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital do Banpará, bem como atender às determinações do Bacen e às diretrizes do Comitê de Basileia. As informações divulgadas neste relatório são relativas ao 4º trimestre de 2021 (4T2021).

Para divulgação das informações foi observado o enquadramento de segmentação determinado na Resolução CMN nº 4.553/2017. Destaca-se que atualmente o Banpará está classificado no Segmento S3.

## 3. Indicadores Prudenciais e Gerenciamento de Riscos

### 3.1. KM1: Informações Quantitativas sobre os Requerimentos Prudenciais

O Índice de Basileia do Banpará encerrou o 4T2021 em 18,45%, uma redução de 6,46% em relação ao trimestre anterior (3T2021) quando registrou 19,72%. Tal diminuição deve-se ao crescimento do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA em 7,53%, devido ao crescimento das operações de crédito.

|   |  | Valores em R\$ (Mil) |            |            |            |            |
|---|--|----------------------|------------|------------|------------|------------|
|   |  | a<br>4T21            | b<br>3T21  | c<br>2T21  | d<br>1T21  | e<br>4T20  |
| <b>Capital Regulamentar</b>                                       |  |                      |            |            |            |            |
| 1   | Capital Principal  | 1.517.300            | 1.508.518  | 1.448.300  | 1.408.215  | 1.343.334  |
| 2   | Nível I  | 1.517.300            | 1.508.518  | 1.448.300  | 1.408.215  | 1.343.334  |
| 3   | Patrimônio de Referência (PR)  | 1.517.300            | 1.508.518  | 1.448.300  | 1.408.215  | 1.343.334  |
| 3b  | Excesso de Recursos Aplicados no Ativo Permanente                                      | -                    | -          | -          | -          | -          |
| 3c  | Destaque do PR   | -                    | -          | -          | -          | -          |
| <b>Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)</b>                         |  |                      |            |            |            |            |
| 4   | RWA  | 8.224.517            | 7.648.538  | 7.163.782  | 6.758.354  | 6.429.429  |
| <b>Capital Regulamentar como proporção do RWA</b>                 |  |                      |            |            |            |            |
| 5   | Índice de Capital Principal (ICP)  | 18,45%               | 19,72%     | 20,22%     | 20,84%     | 20,89%     |
| 6   | Índice de Nível I (%)  | 18,45%               | 19,72%     | 20,22%     | 20,84%     | 20,89%     |
| 7   | Índice de Basileia   | 18,45%               | 19,72%     | 20,22%     | 20,84%     | 20,89%     |
| <b>Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA</b> |  |                      |            |            |            |            |
| 8   | Adicional de Conservação de Capital Principal ACP <sub>Conservação</sub> (%)           | 2,00%                | 1,625%     | 1,625%     | 1,25%      | 1,25%      |
| 9   | Adicional Contracíclico de Capital Principal ACP <sub>Contracíclico</sub> (%)*         | -                    | -          | -          | -          | -          |
| 10  | Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal ACP <sub>Sistêmico</sub> (%)** | NA                   | NA         | NA         | NA         | NA         |
| 11  | ACP total (%)  | 2,00%                | 1,625%     | 1,625%     | 1,25%      | 1,25%      |
| 12  | Margem Excedente de Capital Principal  | 8,45%                | 10,10%     | 10,59%     | 11,59%     | 11,64%     |
| <b>Razão de Alavancagem (RA)</b>                                  |  |                      |            |            |            |            |
| 13  | Exposição Total  | 12.497.023           | 13.259.774 | 12.527.843 | 11.987.716 | 10.499.223 |
| 14  | RA (%)   | 12,14%               | 11,38%     | 11,56%     | 11,75%     | 12,79%     |

| Indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR)  |   |    |    |    |    |    |
|---|---|----|----|----|----|----|
| 15  | Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA) | NA | NA | NA | NA | NA |
| 16  | Total de Saídas Liquidas de Caixa       | NA | NA | NA | NA | NA |
| 17  | LCR (%)                                 | NA | NA | NA | NA | NA |
| Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR) |   |    |    |    |    |    |
| 18  | Recursos Estáveis Disponíveis (ASF)     | NA | NA | NA | NA | NA |
| 19  | Recursos Estáveis Requeridos (RSF)      | NA | NA | NA | NA | NA |
| 20  | NSFR (%)                                | NA | NA | NA | NA | NA |

ACPContracíclico (%)\*: O valor do (ACCPiBrasil) é igual a 0% (zero por cento).

ACPSistêmico (%)\*\*: O valor de 2% é aplicável somente as instituições sistemicamente importantes em nível global (G-SIB).

Nota1: O capital do Banpará é formado somente por capital principal.

NA: Não Aplicável

Fonte: Suris/Geric

### 3.2. OV1: Visão Geral dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

O aumento do montante do RWA em 7,53% em relação ao trimestre anterior, se deve a elevação da parcela de risco de crédito -  $RWA_{CPAD}$  em 8,34% (impactado principalmente pelo crescimento das operações de crédito, dos adiantamentos e dos créditos a liberar em até 360 dias) e pelo aumento da parcela de risco de mercado -  $RWA_{MPAD}$  em 4,56%.

|           | Valores em R\$ (Mil)   | RWA              |                  | Requerimento mínimo de PR |
|-----------|--|------------------|------------------|---------------------------|
|           |  | a                | b                | c                         |
|           |  | 4T21             | 3T21             | 4T21                      |
| <b>0</b>  | <b>Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada</b>  | <b>7.466.395</b> | <b>6.891.711</b> | <b>597.312</b>            |
| 2         | Risco de crédito em sentido estrito  | 7.375.628        | 6.798.196        | 590.050                   |
| 6         | Risco de crédito de contraparte (CCR)  | 35               | 6                | 3                         |
| 7         | Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)  | NA               | NA               | NA                        |
| 7a        | Do qual: mediante uso da abordagem CEM   | -                | -                | -                         |
| 9         | Do qual: mediante demais abordagens  | 35               | 6                | 3                         |
| 10        | Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA) | -                | -                | -                         |
| 12        | Cotas de fundos não consolidados ativos - ativos subjacentes identificados   | 2.488            | 2.434            | 199                       |
| 13        | Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo  | -                | -                | -                         |
| 14        | Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados  | -                | -                | -                         |
| 16        | Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada  | -                | -                | -                         |
| 25        | Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR  | 88.244           | 91.075           | 7.060                     |
| <b>20</b> | <b>Risco de Mercado</b>  | <b>29.715</b>    | <b>28.420</b>    | <b>2.377</b>              |
| 21        | Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada ( $RWA_{MPAD}$ )  | 29.715           | 28.420           | 2.377                     |
| 22        | Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno ( $RWA_{MINT}$ )   | -                | -                | -                         |
| <b>24</b> | <b>Risco Operacional</b>   | <b>728.407</b>   | <b>728.407</b>   | <b>58.273</b>             |
| <b>27</b> | <b>Total</b>   | <b>8.224.517</b> | <b>7.648.538</b> | <b>657.962</b>            |

Fonte: Suris/Geric

### 3.3. OVA: Visão Geral do Gerenciamento de Riscos da Instituição

a) A interação entre o modelo de negócios e o perfil de riscos da instituição, e entre esse perfil e o nível de apetite por risco estabelecido pelo CA. A descrição deve englobar os principais riscos relacionados ao modelo de negócios.

O Banpará em seu modelo de negócios adota estratégias de gestão que consideram o diagnóstico estratégico e econômico, que permitem identificar fatores externos e internos os quais podem impactar nos objetivos estratégicos, e por consequência comprometer o nível de apetite por riscos definidos na RAS pelo CA.

A estratégia da Instituição é manter os patamares de rentabilidade que vem sendo alcançada nos últimos anos, ampliar sua rede de atendimento, inovar sobre o ponto de vista da transformação digital

Este documento foi assinado eletronicamente por Thiago Jayne e Sousa e Franciane Santos Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site https://portaldoasbanparab.br/443 e utilize o código 9B5E-860E-27CC-7D9E.

e da experiência do cliente, além de trabalhar em quatro frentes prioritárias: crédito imobiliário, fomento, pessoa jurídica e câmbio. Para isto, assume riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao ramo de atividade, desta forma são definidos limites de apetite alinhados ao perfil de risco da Instituição, somada a implementação de controles para a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, efetuando o gerenciamento contínuo e integrado de riscos por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade e a prudência.

Para o processo de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, são considerados os riscos relevantes listados na Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações e adicionalmente, os mapeados no processo de identificação de riscos da Instituição:

- risco socioambiental;
- risco de *compliance*;
- risco de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;
- risco cibernético.

b) Governança do gerenciamento de riscos: responsabilidades atribuídas ao pessoal da instituição em seus diversos níveis (formas de controle, delegação de autoridade, divisão de responsabilidades por tipo de risco e por unidade de negócio, entre outros), e o relacionamento entre as instâncias de governança (CA, diretoria, comitês de assessoramento do CA, unidades responsáveis pela função de conformidade e pelo gerenciamento de riscos, auditoria interna, entre outros).

A governança do gerenciamento contínuo e integrado de riscos do Banpará envolve diversos níveis da Instituição, por meio do modelo das três linhas: áreas de negócios, áreas de gerenciamento de riscos e controle e auditoria interna, contemplando:

**CA** - aprova e revisa as políticas institucionais, programa de testes de estresse, planos de contingências e RAS, entre outras;

**Corie e Coaud** assessoram o CA no gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital;

**Audin** - avalia, periodicamente, a adequação e efetividade dos processos, políticas e estratégias estabelecidas para o gerenciamento de riscos, contemplando os sistemas, modelos e metodologias aplicáveis;

**Presidência** - orienta as ações do Banco, fornecendo as diretrizes estratégicas para condução dos negócios e planejamento estratégico;

**Diretoria Colegiada** - conduz em conformidade com as políticas e estratégias, as atividades que impliquem em assunção de riscos;

**Comliq, Ciros, Coris, Comitê de Planejamento Estratégico e o Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro** - analisam os assuntos de suas competências e reportam à Diretoria Colegiada;

**Dicri (Chief Risk Officer)** - subsidia e participa no processo de tomada de decisão estratégica relacionadas ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital, auxiliando o CA. Esta Diretoria acumula a função de *CRO*;

**Suris** - área subordinada à Dicri, tem como missão mitigar os riscos financeiro e socioambiental e gerenciar o capital;

**Surop** - área subordinada à Dicri, responsável por mitigar o risco operacional, garantir a continuidade dos negócios, gerenciar a segurança da informação e segurança cibernética e combater a fraudes eletrônicas, documentais e de cartão de crédito;

**Nucic** - área subordinada à Dicri, assegura, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do sistema de controles internos, da função do *compliance* e da prevenção à lavagem de dinheiro e anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, como também disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes.



dias. As projeções são validadas no mínimo trimestralmente por meio de *backtesting*. As exposições ao risco são avaliadas em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, onde são observados o limite mínimo de liquidez - colchão de liquidez, limite pré-acionador do plano de contingência – Papco, índice de liquidez de curto prazo – ILCP, índice de liquidez para 90 dias – IL90 e índice de gap médio;

- **risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária - IRRBB:** a mensuração do IRRBB é baseada nas abordagens padronizadas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira. O monitoramento de alocação de capital para o IRRBB é realizado por meio da margem sobre o PR com os seus ACPs;
- **risco operacional:** para mensuração do risco operacional, o Banpará realiza a apuração da parcela de ativos ponderados para risco operacional ( $RWA_{OPAD}$ ), por meio da metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (Apas). É aplicado ainda, limitadores de apetite por risco operacional que são mensurados por meio da base de perdas, ferramenta que auxilia na identificação dos principais focos de riscos, impactos financeiros e contribui na avaliação dos controles e a eficácia das ações;
- **risco socioambiental:** para mensuração do risco socioambiental nas operações de crédito, o Banpará atribui *rating* ao cliente. Para tanto, a metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade socioambiental e gestão/governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências socioambientais (consulta externa);
- **risco de compliance:** o escopo da gestão de riscos de *compliance* consiste na identificação do grau de exposição (nível de risco) a ameaças de conformidade relativa a obrigações regulatórias, bem como na análise das vulnerabilidades oriundas do descumprimento de requisitos normativos, que se traduzam em riscos para a Instituição;
- **risco cibernético:** para mensuração do risco cibernético, o Banpará define parâmetros a serem utilizados na avaliação da relevância dos incidentes, principalmente os que poderão expor operações do Banco ou a de seus dados com classificação restrita/confidencial ou causar indisponibilidade de seus canais digitais.

#### e) Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

Os reportes de riscos ao CA e à Diretoria do Banpará ocorrem de forma permanente, sendo de responsabilidade das áreas envolvidas, a comunicação e temporalidade do reporte.

A Suris disponibiliza ao Comliq e ao Comitê de Planejamento Estratégico e aos Órgãos de Governança da Instituição, os relatórios de gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, IRRBB e de capital, com periodicidade mensal, trimestral e tempestivos (situações atípicas de fatos relevantes que sensibilizem o apetite por riscos do Banco), informando o nível de exposições da Instituição.

A Suris realiza ainda reuniões mensais com o Coris, com o objetivo de posicioná-los quanto à evolução da carteira de crédito, inadimplência, adequação das provisões para créditos de liquidação duvidosa, recuperações de crédito, perdas bruta e líquida, limites e concentrações de carteiras, dentre outros.

A Surop elabora mensalmente relatórios detalhando as perdas operacionais efetivas e reporta ao Cio os riscos levantados em conjunto com os gestores, visando à realização de ações mitigadoras. Os riscos relevantes e as ações necessárias são também reportados à Diretoria Colegiada por meio de relatórios, acerca das ações a serem implantadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

#### f) Informações qualitativas sobre o programa de testes de estresse (portfólios considerados, cenários adotados, metodologias utilizadas e uso dos resultados no gerenciamento de riscos).

O Programa de Testes de Estresse estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas. Os resultados são utilizados como uma ferramenta

para o gerenciamento dos riscos de forma contínua e integrada, na sua identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação, subsidiando a revisão das políticas e dos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

Para risco de liquidez são utilizadas as seguintes premissas: redução das captações, aumento no percentual de atraso e de inadimplência, deságio no resgate de LFT, resgate de passivos, não renovação de investimentos, maior saída líquida de poupança. No risco de mercado são utilizadas: choques nas curvas de juros. Para o IRRBB são utilizadas as metodologias padronizadas do Bacen. No risco de crédito utiliza-se o aumento na provisão e nos cenários integrados simula-se a utilização dos limites contratados e não utilizados, provisão para crédito de liquidação duvidosa e cenários específicos para o risco socioambiental.

Para as projeções do Plano de Capital, utilizam-se o cenário conservador disponibilizados pelo Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - Nuple contemplando as premissas internas (redução no crescimento das operações de crédito pessoa física e pessoa jurídica, aumento nas despesas administrativas, redução da receita, aumento da PDD e aumento do percentual de ativos problemáticos) e premissas externas (indicadores econômicos nacionais e regionais).

Os testes de estresse são realizados com periodicidade diário e mensal. As análises são reportadas, via parecer e/ou relatórios mensais e extraordinários, e ainda no Plano de Capital do Banco, aos Órgãos de Governança, visando subsidiar as decisões acerca das estratégias.

#### g) Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade.

A estratégia de mitigação dos riscos no Banpará, se inicia com a identificação realizada por meio da avaliação das posições de risco mantidas pela Instituição, de modo a detectar os riscos inerentes aos produtos/serviços e atividades do Banco. Na mensuração e avaliação são utilizados modelos técnicos, devidamente aprovados, cuja capacidade preditiva é periodicamente avaliada pela unidade envolvida no processo, o que permite quantificar possíveis perdas tanto em condições normais quanto em situações de estresse. Além disso, o Banco conta com comitês que avaliam os riscos e sua aceitabilidade, tanto das operações em curso, quanto de novos produtos, em conjunto com a Diretoria Colegiada. No monitoramento, os riscos são acompanhados por meio da geração de relatórios gerenciais/legais e da verificação da conformidade dos resultados obtidos, comparados aos limites aprovados nas políticas, manuais e na RAS. Os riscos identificados são controlados e mitigados por meio de medidas estratégicas e operacionais adotadas pelo Banco, minimizando possíveis impactos decorrentes de eventos inesperados.

A efetividade de estratégia se reflete no monitoramento do apetite por risco assumido pelo Banco, os quais se mantêm dentro dos limites e são reportados mensalmente aos Órgãos de Governança.

#### h) Breve descrição do gerenciamento de capital, incluindo a avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência (PR) para cobertura dos riscos das atividades atuais e projetadas da instituição.

O processo de gerenciamento de capital no Banpará é contínuo e permite o controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, no qual se baseia em:

- elaboração e revisão do Plano de Capital: contempla um horizonte de 05 (cinco) anos, com simulações de eventos e condições extremas de mercado que impactem no capital (testes de estresse), análise de seus resultados e as medidas de contingência para situações de crise, com vistas a promover o equilíbrio do capital gerenciado;
- acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco: as projeções de capital devem garantir a solvência da Instituição;
- reavaliação do capital sempre que o Planejamento Estratégico for revisado/ajustado, objetivando identificar o perfil de risco do Banco;

- avaliação de suficiência e adequação do Patrimônio de Referência – PR: os requerimentos mínimos de capital são calculados conforme legislação em vigor, a fim de verificar as oscilações no Índice de Basileia;
- identificar e avaliar os riscos contemplados e não contemplados nas parcelas de exposição que compõem o montante dos ativos ponderados pelo risco – RWA, objetivando à manutenção de uma base sólida de capital adequados as suas operações para sustentar o desenvolvimento de suas atividades, em face dos riscos assumidos;
- realização de simulações para a prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio, bem como situações verificadas no ambiente de negócios do Banco, demonstrando os impactos no PR e no montante do RWA e, conseqüentemente, no Índice de Basileia do Banpará;
- reportes do processo de gerenciamento de capital por meio de relatórios gerenciais mensais aos Órgãos de Governança da Instituição, realizada mensalmente ou extraordinariamente.

O gerenciamento de capital engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo CA, Corie, Coaud, Dicri, Comitê de Planejamento Estratégico, Nuple, Suris, Surop e por todas demais unidades envolvidas no processo, a fim de acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar o capital da Instituição.

Fonte: Suris/Geric

## 4. Indicadores de Liquidez

### 4.1. LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

a. Estrutura organizacional e responsáveis pelo gerenciamento do risco de liquidez, incluindo descrição do processo estruturado de comunicação interna, conforme estabelecido na Resolução nº 4.557/2017 de 2017.

A estrutura organizacional do Banpará para o risco de liquidez contempla:

- **CA:** responsável por aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, conforme dispõe a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações;
- **Corie e Coaud:** responsável por assessorar o CA no gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital;
- **Dicri:** responsável pelo gerenciamento de riscos do Banco (*CRO*), além de subsidiar e participar no processo de tomada de decisão estratégica, relacionadas ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital, auxiliando o Conselho de Administração, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações;
- **Diretoria Colegiada:** compete à Diretoria da Instituição conduzir, em conformidade com as políticas e estratégias, as atividades que impliquem a assunção de riscos e impactos no capital da Instituição, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações;
- **Comliq:** responsável por apreciar as propostas de alteração e revisão da Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, subsidiando a Diretoria Colegiada;
- **Suris:** responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas ao gerenciamento do capital e aos riscos financeiro e socioambiental;
- **Geric:** responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a riscos de mercado e liquidez e efetivar o gerenciamento do capital, bem como gerenciar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a Instituição atua, de forma contínua e integrada, por meio de avaliação de cenários de estresse e do monitoramento dos apetites por riscos;

- **Suafi:** responsável por gerenciar as atividades relativas à programação de fluxo de caixa no âmbito da reserva bancária, à otimização dos ativos e passivos em tesouraria, e providenciar o registro e controle de ativos financeiros e passivos decorrentes de captações institucionais junto às centrais depositárias;
- **Sucap:** responsável em gerenciar a carteira de captação de recursos observando a relação de risco e retorno, com foco na qualidade e resultado das operações;

A comunicação aos Órgãos de Governança da Instituição é realizada por meio de relatórios mensais ou extraordinários, que, dentre outros, contemplam a margem de liquidez, cenários de estresse, histórico de ativos de alta liquidez, estrutura de *funding*, acompanhamento do limite mínimo de liquidez, PAPCo, índices de liquidez de curto prazo e para 90 dias.

#### b. Estratégias de captação de recursos, incluindo políticas relativas à diversificação das fontes e dos prazos de captação.

A Instituição estabeleceu estratégias de captação de recursos com base em sua Política Institucional de Gestão Financeira e na Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, nas quais são instituídas as diretrizes para a captação de recursos e aplicação no mercado financeiro, incluindo diversificação, fontes e prazos de captação, bem como o controle e acompanhamento dos riscos inerentes as operações.

A Política Institucional de Gestão Financeira apresenta ainda um portfólio permitido aos depósitos, o qual obedece às regras dos produtos e normativos do órgão regulador, com foco na estratégia de redução dos descasamentos entre ativos e passivos financeiros do Banco, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017, art. 38.

A Suris acompanha, juntamente com os gestores das demais áreas envolvidas, as estratégias de captação para estrutura de *funding*, composta por depósitos a prazo, à vista, poupança, depósito interfinanceiro, judicial, letras financeiras – LF's, reportando nos relatórios ao Comliq, o perfil de captação de recursos do Banco. Além disso, as operações são monitoradas respeitando os limitadores de exposição aos riscos financeiros estipulados na Declaração de Apetite por Risco - RAS.

#### c. Estratégias de mitigação do risco de liquidez.

As estratégias de mitigação do risco de liquidez do Banpará estão pautadas na identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia, em situações normais ou de estresse, contemplando a avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores há noventa dias, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações.

Na mitigação dos riscos de liquidez, são considerados os seguintes fatores:

- **fluxo de caixa:** fluxo projetado em um horizonte mínimo de 90 (noventa) dias, considerando o volume dos ativos e passivos, prazos, vencimentos, antecipações, taxas, rolagens, deságio, atraso/inadimplência, avais e garantias;
- **cenários de avaliação de liquidez:** projeções realizadas diariamente considerando os fatores internos e externos, em situação de normalidade e estresse, com projeções para 90 (noventa) dias;
- **backtesting de liquidez:** teste que regula os resultados projetados versus o realizado, de modo que o limite estipulado não exceda o índice de aceitação da metodologia de validação;
- **reserva mínima de liquidez:** manutenção de um montante mínimo de ativos de recursos próprios com alta liquidez, compatível com a exposição ao risco, bem como das condições de mercado;
- **limites e índices operacionais para o risco de liquidez:** garantia de reserva mínima de estoque de ativos de alta liquidez. O Banpará definiu em seu gerenciamento de risco de liquidez o monitoramento diário dos seus limites e índices operacionais;
- **índice de gap médio (IG):** é monitorado mensalmente, sendo calculado pela média da variação entre as entradas e saídas do fluxo de caixa para o horizonte de 1 (um), 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90

(noventa) dias úteis, desta forma projetando possíveis descasamentos (GAPs) de prazo e/ou volume entre ativos e passivos.

O gerenciamento de risco de liquidez utiliza o Planejamento Estratégico do Banpará, documento que projeta as estratégias do Banco para os ativos e passivos para médio e longo prazo, bem como as despesas e receitas da Instituição.

#### d. Descrição da utilização dos testes de estresse para fins do gerenciamento do risco de liquidez.

As premissas utilizadas nos cenários de estresse são dinâmicas e tem como principal objetivo identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição. As análises são reportadas, via parecer e/ou relatórios extraordinários aos Órgãos de Governança, visando subsidiar as decisões acerca das estratégias.

**Cenário de Estresse Diário para o Risco de Liquidez:** o fluxo de caixa estressado é projetado para um período de 90 (noventa) dias, considerando volumes, prazos, vencimentos, antecipações, taxas, rolagens, atraso/inadimplência e indexadores das operações ativas e passivas.

**Cenário de Estresse Mensal para o Risco de Liquidez:** com a finalidade de tornar os cenários de estresse mais robustos, privando pela manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser prontamente convertidos em caixa em situações de estresse, analisa-se o perfil atual da carteira de *funding*, identificando os passivos que possam causar, em cenário de estresse, exposições contingentes e inesperadas.

Os testes de estresse realizados rotineiramente como exigência legal são estratégias gerenciais para garantir que a Instituição esteja suficientemente solvente para suportar possíveis cenários adversos e severos. Tal estratégia reflete o alinhamento com as melhores práticas de gerenciamento de riscos, bem como visa prover postura prospectiva decorrentes de condições macroeconômicas e/ou idiossincráticas (grandes choques).

#### e. Descrição resumida do plano de contingência de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez do Banpará descreve um conjunto de diretrizes instituídas pelo CA, alinhadas à Resolução CMN nº 4.557/2017 e suas alterações, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira.

O Plano apresenta uma sequência de fases e ações corretivas, que devem ser colocadas em prática caso ocorra situação de estresse de liquidez. Para recomposição da margem mínima de liquidez foram definidas as seguintes fases:

- detecção de situação de crise de liquidez;
- avaliação e reporte das causas da crise de liquidez;
- definição dos níveis de crise (crise leve, crise moderada e crise grave).

Os resultados obtidos pelas ações corretivas são comunicados ao Comliq. Após análises dos resultados e dos fatores internos e externos, o Comliq, juntamente com a Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, este assessorado pelo Corie, poderão ativar as ações vinculadas a cada nível de crise de forma gradativa e proporcional a crise identificada, propondo, se for o caso, mudança nas estratégias utilizadas para recompor a margem mínima de liquidez projetada da Instituição.

O Plano de Contingência de Liquidez é revisado no mínimo anualmente pela Diretoria Colegiada e CA, a fim de se manter compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de exposição a riscos.

#### f. Descrição das ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez.

Para o gerenciamento de risco de liquidez do Banpará, é utilizado a ferramenta *Asset Liability Management – ALM*, empregada como instrumento que administra o fluxo de caixa e projeções para análise e gerenciamento de risco de liquidez. Utiliza-se ainda, o Planejamento Estratégico do Banpará,

documento que projeta as estratégias do Banco para os ativos e passivos para médio e longo prazo, bem como as despesas e receitas da Instituição.

Para verificar aderência entre as projeções de risco de liquidez e os valores efetivados, é realizado no mínimo trimestralmente o *backtesting*. Com isso, são verificados se os resultados apresentados extrapolam o limite estipulado para o índice de aceitação da metodologia, associado ao intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento).

E a fim de garantir a reserva mínima de estoque de ativos de alta liquidez que possam ser prontamente convertidos em espécie nas situações de estresse, o Banpará definiu, em seu monitoramento, os limites e índices operacionais para o gerenciamento de risco de liquidez, conforme abaixo:

- limite mínimo de liquidez – LML;
- pré acionador do plano de contingência – PAPCo;
- índice de liquidez de curto prazo – ILCP;
- índice de liquidez para 90 dias – IL90;
- monitoramento dos ativos de alta liquidez;
- acompanhamento do *funding*;
- índice de gap médio – IG – projeção de possíveis descasamentos.

As métricas acima são avaliadas quanto as suas exposições ao risco de liquidez, alinhadas às legislações vigentes e com os parâmetros próprios estabelecidos, a fim de garantir respostas tempestivas a possíveis impactos em cenários de estresse.

Fonte: Suris/Geric

## 5. Risco de Crédito

### 5.1. CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

#### a. A forma como o modelo de negócios é refletido no perfil de risco de crédito da Instituição.

O modelo de negócio do Banpará está baseado no atendimento da população paraense, com o desenvolvimento e oferta de linhas de crédito com foco no cliente, buscando a ampliação do portfólio de produtos de crédito, com a disponibilização de operações de crédito imobiliário para pessoa física e pessoa jurídica, fomento, comercial pessoa física e pessoa jurídica, além de operações de câmbio. Leva-se em consideração que o risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A gestão do risco de crédito visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o perfil de risco e negócio da Instituição para cada segmento que operamos. Também é parte desta estrutura o processo de comunicação e informação dos riscos, incluindo a divulgação das políticas e outras informações complementares referentes ao gerenciamento do risco de crédito. O Banpará acompanha os créditos propostos desde a concessão até a liquidação, observando as regras de cobrança e recuperação.

Para assegurar que as estratégias adotadas estejam refletidas nos processos do ciclo de crédito desde os estágios de concessão até os de cobrança e recuperação, com o objetivo de instituir o acompanhamento dos indicadores de risco de crédito, a área de monitoramento de risco de crédito global, como 2ª linha no processo de gerenciamento de riscos, elabora ainda, demonstrativos visando:

- alertar os gestores, do ponto de vista do risco de crédito, sobre a evolução dos ativos de sua responsabilidade;

- avaliação do grau de suficiência dos instrumentos mitigadores definidos para linha;
- detecção de indícios e prevenção da deterioração da qualidade creditícia da contraparte;
- evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles, adequação de normas e políticas Internas;
- revisão da estruturação do empréstimo e limites máximos dos produtos.

Desta forma, o previsto no Planejamento Estratégico e a concentração efetiva da carteira nos níveis de risco de AA até C demonstram que o modelo de negócio e o perfil de risco de crédito estão alinhados para mitigar os riscos envolvidos na concessão do crédito.

#### b. Critérios utilizados no estabelecimento da política e dos limites internos associados ao risco de crédito.

A Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito Corporativo do Banpará define um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pelo CA, para disciplinar o processo de gestão do risco de crédito, buscando garantir eficiência e eficácia nas atividades inerentes à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos associados, compatível com a natureza das operações e complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito do Banpará, cabendo a todas as unidades participantes do processo de crédito atender fielmente tais diretrizes independente da área de atuação ou nível de responsabilidade.

O Banpará utiliza no processo de concessão de crédito, para classificação do nível de risco de seus clientes, pessoa física e jurídica, a análise objetiva, pautada em modelos internos de avaliação de risco de crédito e, caso necessário, análise subjetiva realizada pelo núcleo de análise ou comitês de crédito, conforme limites estabelecidos por alçadas decisórias. Ambas podem considerar as informações cadastrais e comportamentais dos clientes, atualizadas, sendo que a análise objetiva é feita automaticamente, com base em parâmetros objetivos e indicando a classe de rating equivalente.

O processo de concessão de crédito é estruturado levando-se em conta a premissa de que o risco de crédito se compõe do somatório do risco do cliente e risco da operação, adicionando-se, para pessoa jurídica, o risco do grupo econômico.

Ressalta-se que a principal referência para aprovação de limite de crédito para pessoa física é a renda do cliente, sendo observados os seguintes pontos:

- a consistência cadastral do proponente e garantidores (avalistas);
- destinação dos recursos objeto do limite de crédito proposto;
- experiência do cliente na atividade que deseja explorar; e,
- outras informações importantes de conhecimento do gerente proponente.

Para o cliente pessoa jurídica poderá ser utilizada os fluxos de movimentação interna, projeções de receita, contratos, parâmetros contábeis de faturamento, rentabilidade e geração de resultados para a formação de limites de crédito, por serem consideradas informações que refletem a capacidade de endividamento e pagamento de uma empresa.

Determinadas operações demandam, além de uma análise de risco do cliente, uma análise de viabilidade técnica, econômica e financeira do projeto pretendido.

O CA é responsável por autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS.

O Banco classifica suas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682 /1999, que define níveis crescentes de risco de AA, A, B, C, D, E, F, G ou H. Na constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD para cada operação é considerada a avaliação e classificação do cliente/grupo econômico, a natureza e finalidade da operação, as características de garantias e a pontualidade nos pagamentos.

### c. Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento da carteira de crédito global, reporte, controle e mitigação das exposições aos riscos de crédito, bem como pela análise prévia dos riscos inerentes às novas operações/atividades e produtos, o que permite o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito.

A gestão institucional do risco de crédito é realizada de forma segregada, mantendo estruturas independentes de desenvolvimento e monitoramento dos seus modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

O gerenciamento de risco de crédito é uma atividade realizada por um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, contemplando: CA; CORIE; DICRI, cujo Diretor é o responsável perante o Banco Central do Brasil, no que diz respeito ao gerenciamento do risco de crédito; Diretoria Colegiada; CORIS; SURIS, as Gerências de Risco de Crédito e pelas áreas que participam direta e/ou indiretamente do ciclo creditício (prospecção, avaliação, concessão, cobrança e recuperação de crédito, etc.) cujas atividades são geradoras de exposições ao risco de crédito.

### d. Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito avalia periodicamente as diretrizes globais para disciplinar o processo de gestão do risco de crédito e a compatibilidade dos procedimentos estabelecidos com o porte, a complexidade e o nível de risco das operações, objetivando a eficaz observância dos regulamentos internos e externos inerentes às atividades da Instituição e, desta forma, promover a redução de perdas operacionais em virtude de inconformidades.

A Auditoria Interna tem o propósito de avaliar os processos de gestão de forma independente, objetiva e criteriosa, considerando as estratégias, objetivos e riscos do negócio, de forma a agregar valor à organização e contribuir para melhoria e eficácia da estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos, bem como para conformidade com as regulamentações internas e externas.

Quanto a relação da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, o escopo da atividade de Auditoria Interna contempla a avaliação da adequação e da efetividade:

- das políticas, procedimentos, sistemas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito;
- dos modelos utilizados para o gerenciamento de risco de crédito, considerando as premissas, metodologias e desempenho;
- do capital mantido pela Instituição para fazer face aos riscos a que está exposta;
- de outros aspectos sujeitos à avaliação da auditoria interna por determinação de legislação vigente e regulamentação do Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

### e. Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais para o conselho de administração, o comitê de riscos e a diretoria da instituição.

O reporte aos Órgãos de Governança e demais áreas envolvidas no processo creditício das posições assumidas pelo Banco no que se refere ao risco de crédito, ocorre por meio do monitoramento de indicadores de concentração, atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira e setor de atividade, entre outros, permitindo evidenciar situações de risco de crédito relevantes para implantação de controles, adequação de normas e políticas internas.

A visualização e entrega das informações é feita por meio de relatórios, sendo possível a realização de pesquisas em diversos níveis, tais como segmentos de negócios, regiões, produtos, setores de atividade e clientes, e sob vários aspectos (ativo, inadimplência, provisão, qualidade da carteira por tipo de rating, entre outros).

As informações de risco de crédito levam em consideração as melhores práticas do setor e as exigências dos órgãos reguladores.

Fonte: Suris

## 5.2. CR1: Qualidade Creditícia das Exposições

| Valores em Mil R\$ |                                    | a                         | b                 | c                    | g                     |
|--------------------|------------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------------|-----------------------|
|                    |                                    | Valor Bruto das Operações |                   | Provisão Constituída | Valor Líquido (a+b-c) |
|                    |                                    | Curso Anormal             | Curso Normal      |                      |                       |
| 1                  | Concessão de Crédito               | 137.120                   | 9.713.269         | 196.476              | 9.653.913             |
| 2                  | Títulos de Dívida                  | -                         | 1.133.007         | -                    | 1.133.007             |
| 2a                 | Títulos Soberanos Nacionais        | -                         | 1.130.434         | -                    | 1.130.434             |
| 2b                 | Outros títulos                     | -                         | 2.573             | -                    | 2.573                 |
| 3                  | Operações Não Contabilizadas no BP | -                         | 1.089.108         | -                    | 1.089.108             |
| 4                  | <b>Total no Semestre (1+2+3)</b>   | <b>137.120</b>            | <b>11.935.384</b> | <b>196.476</b>       | <b>11.876.028</b>     |

Fonte: Suris/GERCG

## 5.3. CR2: Mudanças no Estoque de Operações em Curso Anormal

| Valores em Mil R\$ |  | Total          |
|--------------------|--|----------------|
| 1                  | Valor do estoque de operações em Curso Anormal no final do período anterior                    | 109.568        |
| 2                  | Valor das operações que passaram a ser classificadas como em Curso Anormal no período corrente | 107.386        |
| 3                  | Valor das operações reclassificadas para Curso Normal  | -5.736         |
| 4                  | Valor da Baixa Contábil por Prejuízo   | -60.298        |
| 5                  | Outros Ajustes   | -13.800        |
| 6                  | <b>Valor das operações em Curso Anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)</b>           | <b>137.120</b> |

Fonte: Suris/GERCG

## 5.4. CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

a. Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento. A definição de região geográfica e de setor econômico deve ser a mesma aplicada pela instituição para fins do gerenciamento do risco de concentração, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017.

### Exposições por setor econômico

| Setor  | Valores em R\$ (Mil)             |
|--|----------------------------------|
|  | Total da Exposição (Valor Bruto) |
| Pessoa Jurídica  | 222.414                          |
| Construção   | 85.543                           |
| Indústrias de Transformação                                | 69.906                           |
| Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas | 23.000                           |
| Saúde Humana e Serviços Sociais                            | 13.945                           |

|  |                  |
|--|------------------|
| Atividades Administrativas e Serviços Complementares             | 8.180            |
| Transporte, Armazenagem e Correio                                | 5.469            |
| Informação e Comunicação   | 5.206            |
| Atividades Profissionais, científicas e Técnicas                 | 3.249            |
| Educação   | 2.777            |
| Alojamento e Alimentação   | 2.519            |
| Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura   | 923              |
| Artes, Cultura, Esporte e Recreação                              | 597              |
| Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação | 440              |
| Outras Atividades de Serviços                                    | 316              |
| Atividades Financeiras, de Seguros E Serviços Relacionados       | 235              |
| Atividades Imobiliárias  | 109              |
| <b>Pessoa Física</b>   | <b>8.201.597</b> |
| <b>Total Geral</b>   | <b>8.424.011</b> |

Fonte: Suris/GERCG

### Exposições por prazo remanescente de vencimento

Valores em R\$ (Mil)

| Prazo Remanescente do Vencimento (Valor Bruto) (1) |                            |                           |                 |           |
|--|----------------------------|---------------------------|-----------------|-----------|
| até 6 meses  | Acima de 6 meses até 1 ano | Acima de 1 ano até 5 anos | acima de 5 anos | Total     |
| 1.253.847  | 1.078.537                  | 4.105.234                 | 1.918.575       | 8.356.193 |

(1) Os valores de Créditos a Liberar não estão sendo considerados nesta abertura.

Fonte: Suris/GERCG

b. Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões e baixas contábeis por prejuízo. A definição de região geográfica e de setor econômico deve ser a mesma aplicada pela instituição para fins de gerenciamento do risco de concentração, nos termos da Resolução nº 4.557, de 2017.

### Exposições por setor econômico - Total das operações em curso anormal

Valores em R\$ (Mil)

| Setor  | Total da Exposição (Valor Bruto) | Provisão Constituída |
|--|----------------------------------|----------------------|
| <b>Pessoa Jurídica</b>   | <b>10.152</b>                    | <b>9.017</b>         |
| Construção   | 5.031                            | 4.976                |
| Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas     | 2.362                            | 2.052                |
| Atividades Profissionais, científicas e Técnicas               | 744                              | 253                  |
| Indústrias de Transformação                                    | 594                              | 586                  |
| Transporte, Armazenagem e Correio                              | 309                              | 286                  |
| Atividades Financeiras, de Seguros E Serviços Relacionados     | 235                              | 235                  |
| Educação   | 233                              | 141                  |
| Atividades Administrativas e Serviços Complementares           | 174                              | 76                   |
| Saúde Humana e Serviços Sociais                                | 125                              | 103                  |
| Alojamento e Alimentação                                       | 110                              | 78                   |
| Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura | 83                               | 83                   |
| Outras Atividades de Serviços                                  | 70                               | 66                   |

|                                     |                |                |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Artes, Cultura, Esporte e Recreação | 65             | 65             |
| Atividades Imobiliárias             | 9              | 9              |
| Informação e Comunicação            | 8              | 8              |
| Pessoa Física                       | 126.968        | 110.705        |
| <b>Total Geral</b>                  | <b>137.120</b> | <b>119.722</b> |

Fonte: Suris/GERCG

c. Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso (menor que 30 dias, entre 31 e 90 dias, entre 91 e 180 dias, entre 181 dias e 365 dias, maior do que 365 dias).

### Exposições em atraso segmentadas por faixa de atraso

Valores em R\$ (Mil)

| Operações em Atraso  | Total da Exposição em atraso (1) |
|----------------------|----------------------------------|
| menor que 30 dias    | 99.422                           |
| entre 31 e 90 dias   | 36.365                           |
| entre 91 e 180 dias  | 53.804                           |
| entre 181 e 365 dias | 83.315                           |
| <b>Total</b>         | <b>272.906</b>                   |

(1) Conforme Carta Circular 4.068, a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1.

Fonte: Suris/GERCG

d. Segregação do total das exposições reestruturadas, entre aquelas classificadas como operações em curso anormal e as demais.

### Exposições reestruturadas

Valores em R\$ (Mil)

|                                  | Curso Anormal | Demais         |
|----------------------------------|---------------|----------------|
| <b>Exposições Reestruturadas</b> | <b>6.631</b>  | <b>115.554</b> |

Fonte: Suris/GERCG

e. Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1.

### Percentual das maiores exposições

Valores em R\$ (Mil)

| Operações de Crédito, Títulos de dívida e Operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial (CR1) (1) | Exposição      | % da Carteira |
|---|----------------|---------------|
| <b>10 Maiores Devedores</b>   | <b>118.863</b> | <b>1,41%</b>  |
| <b>100 Maiores Devedores</b>  | <b>240.273</b> | <b>2,85%</b>  |

(1) Conforme Carta Circular 4.068 a tabela segue o mesmo escopo da tabela CR1, na qual o valor da exposição considera os títulos de dívida de soberanos.

Fonte: Suris/GERCG

## 6. Risco de Crédito de Contraparte

### 6.1. CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

a. O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte.

O Banpará na concessão de limites possui regras definidas em seus normativos internos além de ter sido desenvolvido modelo no qual sua aplicação envolve a construção de ferramentas que permitem análises qualitativas e quantitativas do risco de crédito da contraparte. O risco final da contraparte pode ser influenciado por variáveis subjetivas e exógenas, não passíveis de coleta em grupo, pautadas, por exemplo, em notas ou ressalvas de auditorias externas, assim como, por variação de seus indicadores reputacionais de mercado.

b. Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação.

O Banpará entende como definição de risco de crédito da contraparte como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

O Banpará realiza a avaliação do risco de crédito da contraparte, o qual considera, no mínimo, os seguintes fatores de risco: capital - representando liquidez, capacidade - qualificando a contraparte, caráter ou tendência - tipificando tendências e rating - consolidando percepções de agências externas.

c. O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

Atualmente, o Banpará não tem impacto no montante de colaterais a serem empenhados no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito.

Fonte: Suris

## 7. Operações de Securitização

### 7.1. SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições securitizadas

O Banpará não possui exposições de securitização.

## 8. Risco de Mercado

### 8.1. MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

a. Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado. Devem ser divulgados:

- os objetivos estratégicos relacionados às operações sujeitas ao risco de mercado;
- os processos para identificar, medir, monitorar e controlar esse risco, incluindo as políticas associadas às estratégias de proteção (*hedge*), bem como o monitoramento da efetividade destas.

O gerenciamento de risco de mercado do Banpará é um conjunto de diretrizes estabelecidas pelo CA, alinhado à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado e IRRBB, aos princípios do Acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira, estabelecendo princípios que norteiam a estratégia da Instituição, tendo como objetivos:

- Definir as diretrizes para o gerenciamento de risco de mercado na Instituição;
- Determinar critérios para a classificação e reclassificação dos instrumentos na carteira de negociação e na carteira bancária;
- Determinar os limites operacionais para o gerenciamento de risco de mercado;
- Determinar parâmetros para elaboração e análises dos cenários de estresse baseados em critérios preestabelecidos, considerando as exposições aos diversos fatores de riscos de mercado e variações em posições detidas pela Instituição, com periodicidade trimestral, no mínimo.

- Estimular a disseminação da cultura de riscos na Instituição, por meio do envolvimento de todos os gestores envolvidos no processo de gestão de risco de mercado.
- identificar previamente os riscos inerentes às novas atividades e produtos e analisar sua adequação aos procedimentos e controles estabelecidos na Política.

No Banpará, o acompanhamento e gerenciamento de risco de mercado são realizados com base nas seguintes métricas:

- **VaR (Value-at-Risk):** é calculado para os horizontes de 1 dia útil (du), 10 du, 21 du e 252 du, tendo como ponto de partida a base histórica de dados de cada instrumento, com um determinado nível de certeza, dessa forma, podendo estimar a perda máxima que o Banco pode sofrer face à exposição em seus ativos e passivos financeiros. O VaR utiliza decaimento exponencial ou EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*) tanto para o cálculo do valor em risco, quanto para o cálculo de volatilidades de vértices;
- **backtesting:** técnica de comprovação da eficiência do modelo de VaR, onde são comparados o valor em risco de mercado diários, com a percentagem de casos em que o resultado ficou fora dos limites de perda máxima potencial preestabelecidos;
- **estresse:** os testes de estresse consistem em recalcular o valor da carteira para cenários pré-definidos, segregada por carteira e por fator de risco, representativos de situações de crises sistêmicas e/ou choques nos mercados que afetem direta ou indiretamente a carteira;
- **ativos ponderados pelo risco –  $RWA_{MPAD}$ :** os ativos ponderados pelo risco de mercado compõem o cálculo mensal do Índice de Basileia e são monitorados diariamente com a finalidade de não comprometer o limite mínimo de Índice de Basileia exigido pelo Bacen.

**b. Estrutura responsável pela implementação das estratégias e processos empregados no gerenciamento do risco de mercado, incluindo os mecanismos de comunicação interna utilizados.**

O gerenciamento de risco de mercado é realizado por um conjunto de áreas administrativas/estratégicas da Instituição, contemplando: CA; Corie; Coaud; Dicri, cujo Diretor é o responsável perante o Bacen, no que diz respeito ao risco de mercado; Diretoria Colegiada; Comlig; Suafi; Suris e Geric.

A Geric é responsável pela medição, monitoramento e controle das exposições aos riscos de mercado, identificação prévia dos riscos inerentes às novas atividades e produtos, análise tempestiva de suas adequações aos procedimentos e controles adotados pela Instituição, realização de testes de estresse, inclusive contemplando quebra de premissas, cujos resultados sejam considerados no estabelecimento ou revisão das políticas e limites para adequação de capital.

A periodicidade do reporte do processo de gerenciamento de risco de mercado aos Órgãos de Governança da Instituição é realizada mensalmente ou extraordinariamente, de acordo com a necessidade e análises de fatores que influenciem diretamente o risco de mercado.

**c. Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos.**

Para o gerenciamento de risco de mercado é utilizado o sistema de risco que permite o acompanhamento diário das posições financeiras que o Banco é detentor, bem como a mensuração das posições em risco de mercado, *backtesting*, realização de testes de estresse com premissas padronizadas e choques configuráveis, monitoramento de volatilidades e curvas de mercado, acompanhamento das exposições e GAP por fator de risco, geração de documentos legais e outros.

Fonte: Suris/Geric

## 8.2. MR1: Abordagem Padronizada - Fatores de Risco Associados ao Risco de Mercado

A parcela de risco de mercado  $RWA_{MPAD}$  encerrou o 4T21 em R\$ 29.715 mil, um aumento de 4,10% em relação ao trimestre anterior (3T21), quando registrou R\$ 28.420 mil, ocasionado

principalmente pelo aumento de 8,3% na parcela de taxa de câmbio-  $RWA_{CAM}$ , que registrou R\$ 27.889 mil, ante R\$ 25.834 mil.

|                  |   | Valores em R\$ (Mil) | a             |
|------------------|---|----------------------|---------------|
| Fatores de Risco |   |                      | $RWA_{MPAD}$  |
| 1                | <b>Taxa de juros</b>  |                      | <b>1.726</b>  |
| 1a               | Taxas de juros prefixada em Real ( $RWA_{JUR1}$ )                   |                      | 1.726         |
| 1b               | Taxas dos cupons de moeda estrangeira ( $RWA_{JUR2}$ )              |                      | -             |
| 1c               | Taxas dos cupons de índice de preço ( $RWA_{JUR3}$ )                |                      | -             |
| 1d               | Taxas dos cupons de taxas de juros ( $RWA_{JUR4}$ )                 |                      | -             |
| 2                | <b>Preços de ações (<math>RWA_{ACS}</math>)</b>                     |                      | -             |
| 3                | <b>Taxas de câmbio (<math>RWA_{CAM}</math>)</b>                     |                      | <b>27.989</b> |
| 4                | <b>Preços de mercadorias (commodities) (<math>RWA_{COM}</math>)</b> |                      | -             |
| 9                | <b>Total</b>  |                      | <b>29.715</b> |

Fonte: Suris/Geric

## 9. Risco da Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

### 9.1. IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

#### INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

##### a. Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos.

O Banpará entende o *IRRBB* (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária, conforme definição da Circular Bacen nº 3.876/18 e alterações.

##### b. Descrição das políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB.

Exemplos incluem: monitoramento do valor econômico (EVE) e do resultado de intermediação financeira (NII) em relação aos limites estabelecidos, práticas de hedge, realização de testes de estresse, análise de resultados, papel da auditoria independente, papel e práticas da unidade de gerenciamento de ativos e passivos, práticas da instituição para assegurar validação adequada de modelos, e atualizações tempestivas em resposta a mudanças nas condições de mercado.

A Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Mercado e *IRRBB* do Banpará é um conjunto de diretrizes estabelecidas pelo CA para disciplinar o processo de gerenciamento do risco da variação da taxa de juros para instrumentos classificados na carteira bancária. Na Instituição, a Suris é responsável por identificar mensurar e controlar este risco adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar os impactos de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária objetivando:

- determinar a avaliação e o controle das principais causas do *IRRBB*, incluindo o descasamento entre ativos e passivos em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas;
- garantir que a identificação, mensuração e controle do *IRRBB* seja baseado em metodologias consistentes com as características da carteira bancária, considerando a maturidade, liquidez e sensibilidade ao risco dos instrumentos classificados nessa carteira, para fins de:
  - avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência - PR mantido para cobertura do *IRRBB*;
  - divulgação pública de informações relativas ao *IRRBB*;

- o remessas de informações ao Bacen.

A identificação, mensuração, controle e o monitoramento de *IRRBB* no Banpará são baseadas nas abordagens padronizadas de valor econômico ( $\Delta$ EVE) e de resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII), obedecendo todos os preceitos da Circular Bacen nº 3.876/2018 e alterações.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação é realizado mensalmente, verificando sempre a margem sobre o PR, em relação ao valor mínimo de 15% para o Índice de Basileia, estabelecido na RAS. O apetite por risco é reportado no relatório mensal e extraordinariamente aos Órgãos de Governança.

c. Periodicidade de cálculo das medidas de *IRRBB* e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao *IRRBB*.

Os cálculos para o *IRRBB* são realizados mensalmente por meio do sistema de riscos, os resultados são analisados, conferidos, documentados e testados, a fim de identificar e quantificar tempestivamente as principais fontes de exposição ao *IRRBB*, levando em consideração as linhas de negócio e o perfil do risco da Instituição, visando assegurar a precisão dos resultados. Eventualmente, o Banco poderá realizar cálculos diários para fins de monitoramento tempestivo em situações de estresse.

d. Descrição dos cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico ( $\Delta$ EVE) e no resultado de intermediação financeira ( $\Delta$ NII) da instituição.

O Banpará utiliza os cenários conforme determina a Circular Bacen nº 3.876/2018 e alterações para Instituições classificadas no segmento S3, assim, foram utilizados choques padronizados de paralelo de alta e paralelo de baixa estabelecidos no art. 11.

e. Descrição e implicações direcionais das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do *IRRBB*, caso sejam diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métricas da Tabela *IRRBB1*. A instituição deve explicar a fundamentação da escolha de tais premissas, como, por exemplo, com base em dados históricos, pesquisa acadêmica, julgamento e análises da administração.

O Banpará não utiliza premissas diferenciadas das exigidas. As premissas utilizadas estão listadas no item g.

f. Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz hedge de suas exposições ao *IRRBB*, bem como o tratamento contábil de tais operações.

O Banpará poderá operar derivativos para realização de hedge com objetivo de mitigar o risco de descumprimento do limite de *IRRBB* e de resultado das operações de crédito e financeiras.

g. Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do  $\Delta$ EVE e do  $\Delta$ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, divulgados na Tabela *IRRBB1*, incluindo:

- para o  $\Delta$ EVE, se as margens comerciais e outros componentes de spread foram incluídos nos fluxos de reapreçamento ou considerados nas taxas de desconto utilizadas;
- como foi determinado o prazo médio de reapreçamento na linha 1, incluindo quaisquer características peculiares de produtos que afetem a avaliação do comportamento de reapreçamento;
- a metodologia utilizada para estimar as taxas de pré-pagamento de operações de crédito, as taxas de resgate antecipado de depósitos a prazo, e outras premissas consideradas relevantes;
- quaisquer outras premissas que tenham impacto relevante sobre os valores de  $\Delta$ EVE e do  $\Delta$ NII reportados na Tabela *IRRBB1*, incluindo explicações de por que tais premissas são relevantes;

- quaisquer métodos de agregação de fatores de risco a estrutura de correlações entre curvas de juros utilizada.

Abaixo, seguem descrições gerais das premissas mais relevantes:

- para o  $\Delta EVE$  e  $\Delta NII$  as margens comerciais foram mantidas no cálculo;
- o prazo médio de reapreçamento foi definido com base nos artigos 16 e 20-A da Circular Bacen nº 3.876/2018 e alterações, com a alocação em vértice máximo de 1.260 dias. Para cálculo do IRRBB foi identificado os principais pressupostos comportamentais, para os depósitos sem vencimento, considerando um histórico de 10 anos;
- em relação as premissas exigidas para divulgação das informações quantitativas, destacam-se:
  - a opção de pré-pagamento das operações de créditos foi definida a partir do comportamento por tipo de operação;
  - os pré-pagamentos já eram utilizados para o monitoramento do risco de liquidez, sendo replicados para o IRRBB;
  - o desdobramento pré, ou seja, as operações de depósito a prazo com o percentual de remuneração diferente de 100% (cem por cento) do DI ou de Selic, tiveram suas exposições alocadas no fator de risco pré.
- as agregações foram realizadas conforme determina a Circular Bacen nº 3.876/2018 e alterações.

#### INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS

##### 1. Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido

Como premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual, o Banpará realizou a análise de uma base histórica, dos últimos 10 anos, objetivando identificar o percentual de saldos estáveis e não estáveis.

Para isto foi verificado o saldo de depósitos que se mantem praticamente o mesmo, ao longo do tempo e a parcela não estável, a metodologia utilizou o nível de confiança de 95%.

##### 2. Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido

Após a aplicação da modelagem alocou-se o saldo do depósito estável (*core deposits*) no vértice de 1.260 dias úteis, respeitando o prazo máximo estabelecido na Circular Bacen nº 3.876/2018 e alterações.

Fonte: Suris/Geric

## 9.2. IRRBB1: Informações quantitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

Na tabela abaixo são apresentados os resultados decorrentes das mudanças nas taxas de juros sobre a carteira bancária nos cenários padronizados, conforme determina a Circular Bacen nº 3.678/18 e alterações. O Banpará como Instituição Financeira do segmento S3 está sujeita aos seguintes choques padronizados:

- cenário paralelo de alta: aumento das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo;
- cenário paralelo de baixa: redução das taxas de juros de curto prazo e de longo prazo.

Valores em R\$ (Mi)

| Valores em R\$ <sup>1</sup> | $\Delta EVE$ |         | $\Delta NII$ |         |
|-----------------------------|--------------|---------|--------------|---------|
|                             | 4T21         | 4T20    | 4T21         | 4T20    |
| Data-base                   |              |         |              |         |
| Cenário paralelo de alta    | 985.892      | 807.545 | 236.856      | 247.127 |

Este documento foi assinado eletronicamente por Thiago Jayme Sousa e Franciane Santos Da Silva. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portal.eassinaturas.banpará.br> e utilize o código 9B3E-860B-27CC-7

|  |                  |            |                  |          |
|--|------------------|------------|------------------|----------|
| Cenário paralelo de baixa                            | -1.256.710       | -1.021.390 | -234.305         | -246.766 |
| Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo | -                | -          |                  |          |
| Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo | -                | -          |                  |          |
| Cenário <b>steepener</b>                             | -                | -          |                  |          |
| Cenário <b>flattener</b>                             | -                | -          |                  |          |
| <b>Variação máxima</b>                               | -                | -          |                  |          |
| <b>Data-base</b>                                     | <b>4T21</b>      |            | <b>4T20</b>      |          |
| <b>Nível I do Patrimônio de Referência (PR)</b>      | <b>1.517.300</b> |            | <b>1.343.334</b> |          |

Leiaute alterado pela Carta Circular nº 4.068 de 08/07/2020

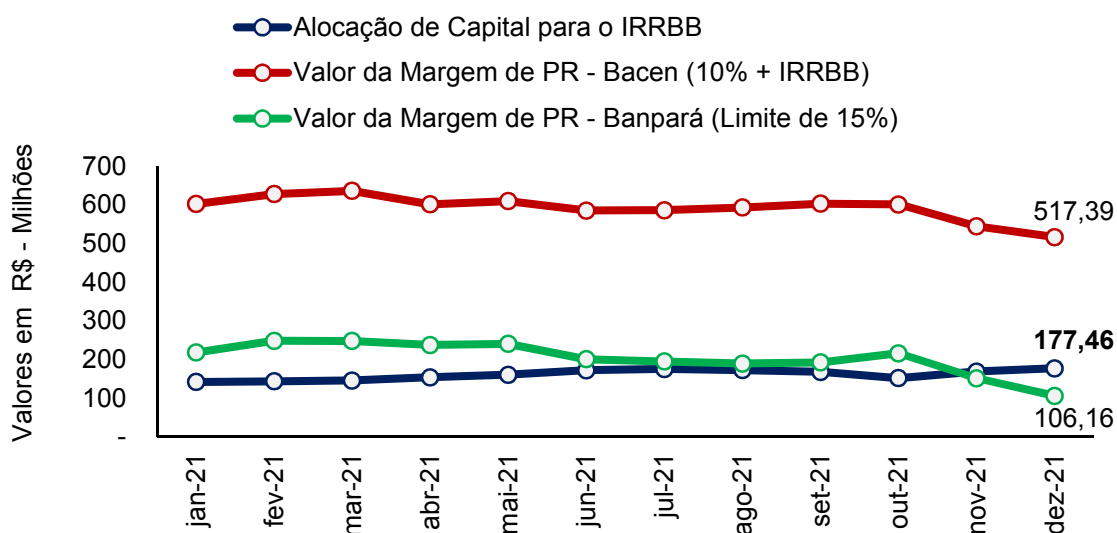
<sup>1</sup> Os valores têm as perdas representadas por valores positivos, conforme Art. 13 § 3º da Circular 3.876.

Fonte: Suris/Geric

A análise de sensibilidade da carteira bancária realizada por meio dos cenários padronizados é estática e não considera a capacidade dinâmica da Instituição de reação da gestão, que aciona medidas mitigadoras de risco. Diante disso, conforme determina o art.30 da Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações, o Banpará, por meio dos Órgãos de Governança, aprovou metodologia de alocação de capital para o IRRBB, a fim de manter a suficiência do valor do Patrimônio de Referência para cobertura do risco de variação da taxa de juros em instrumentos classificados na carteira bancária. Dentre outros fatores, foi verificado:

- o histórico dos depósitos sem vencimento contratual definido, sujeitos a resgate antecipado;
- taxas de pré-pagamentos;
- resgate antecipado dos depósitos com taxas e cupom prefixados;
- margem de Intermediação financeira x histórico da Selic.

Assim, foi definido para a alocação de capital o maior valor entre as abordagens, ponderado pelo fator F, escolhido conforme cobertura da margem de intermediação financeira. Desta forma, segue acompanhamento da margem sobre o PR realizada para o ano de 2021:



\* Valor de 10% composto por: 8% de PR + ACPconservação de 2%

\*\*Valor do Limite estabelecido pelo Banpará

## 10. Política de Divulgação de Informações

A divulgação das informações é baseada nas Instruções CVM nº 480/2009 e nº 481/2009





- Plano de Continuidade Operacional – PCO: foco na recuperação dos processos e áreas negociais críticas que podem contar ou não com instalações alternativas;
- Plano de Emergência - PE: procedimentos destinados a minimizar os efeitos de situações emergenciais que possam ter impactos sobre as instalações, processos e negócios.

Para avaliar a eficiência das ações de contingenciamento, frente aos cenários de interrupção descritas nos planos e identificar pontos de melhoria, são realizados testes seguindo o cronograma anual aprovado pelo Comitê de Controles Internos e Risco Operacional.

## 12.5. Comunicação Interna

Os assuntos relacionados aos eventos de perdas operacionais, testes de contingência, incidentes relevantes, bem como as ações a serem adotadas para a mitigação dos riscos, são apresentados e discutidos mensalmente junto ao Comitê de Controles Internos e Risco Operacional, visando garantir que o perfil de risco da Instituição esteja adequado ao apetite estabelecido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, este assessorado pelo Corie e Coaud.

## 13. Risco de Compliance

É o risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos reputacionais, bem como de medidas administrativas ou criminais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, normas de mercado local e internacional ou decorrentes de compromissos assumidos por meio de códigos de autorregulação, padrões técnicos ou códigos de conduta.

### 13.1. Estrutura

A estrutura de gerenciamento de *compliance* está sob a responsabilidade da Dicri, cuja estrutura contempla o Nucic, dividido em três subnúcleos: Controles Internos, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Conformidade, estruturados com recursos necessários, pessoal em quantidade suficiente e adequadamente treinado, com experiência necessária ao desempenho da função.

### 13.2. Avaliação dos Riscos de Compliance

O escopo da gestão de riscos de *compliance* consiste na identificação do grau de exposição (nível de risco) a ameaças de conformidade relativa a obrigações regulatórias, bem como na análise das vulnerabilidades oriundas do descumprimento de requisitos normativos que se traduzam em riscos para a Instituição.

## 14. Risco Socioambiental

É a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

### 14.1. Estrutura

A estrutura organizacional da gestão de risco socioambiental no Banpará está vinculada a Dicri, sob a administração compartilhada entre Suris e Surop, com a finalidade de classificar, avaliar e monitorar o risco socioambiental, visando minimizar o risco financeiro e de imagem do Banco. Além disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade socioambiental na região de sua atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

## 14.2. Mitigação do Risco Socioambiental

### • Na concessão de crédito

A mitigação do risco é realizada a partir da classificação de risco socioambiental, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica. Para tanto, são utilizadas as seguintes ferramentas: declaração socioambiental, *checklist* socioambiental, pesquisas socioambientais e formulário de análise socioambiental.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade socioambiental e gestão/governança socioambiental do cliente. Para os quesitos são observados: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrência socioambientais (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, a Resolução CMN nº 4.557/2017, Resolução CMN nº 4.943/2021, Resolução CMN nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9) e 18 (NR18).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

### • Nos processos da Instituição

A área de risco operacional realiza a mitigação do risco socioambiental por meio da análise da base de perdas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco. Realiza, ainda, o monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

## 14.3. Controle e Acompanhamento

Para a carteira de crédito pessoa jurídica, o acompanhamento do risco socioambiental ocorre a partir do monitoramento das validades das classificações de risco socioambiental gerado na concessão de crédito e por meio do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente.

O controle é realizado por meio da criação do plano de ação direcionados para o cliente dada a necessidade de regularização do *compliance* das documentações.

Para o acompanhamento dos fornecedores relevantes, o Banpará solicita certidões que evidenciem o cumprimento dos fornecedores quanto aos requisitos socioambientais, tais como

- não estar submetidos à condição análoga de escravo e trabalho infantil;

- não estar vinculado à escândalos de corrupção;
- não possuir embargo do Ibama;
- por ocasião da contratação, o Banco entregará um questionário socioambiental, de caráter não impeditivo, a ser preenchido pelo fornecedor.

## 15. Risco Cibernético

É um evento relacionado com o ambiente cibernético em uma das seguintes situações: produção de efeito adverso, representação de ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem, infração de políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI.

### 15.1. Estrutura

A estrutura de controle e gerenciamento de risco cibernético é responsável por identificar, avaliar, mensurar, monitorar, controlar e relatar os riscos cibernéticos e essas medidas são mecanismos de mitigação de prejuízos em potencial e de resposta a incidentes que constituem conformidade a norma regulatórias e também amparo a gestão de crise.

### 15.2. Mitigação

O Banpará mantém uma Política de Segurança Cibernética e de Segurança da Informação para preservação de dados dos clientes, possui alto investimento em segurança visando a proteção contra invasões cibernéticas, entre outros itens exigidos pelos Órgãos Reguladores para atuação no mercado financeiro.

O Banco estabeleceu estratégias para assegurar a continuidade e limitar perdas decorrentes da interrupção de seus processos críticos.

## 16. Controles Internos

Trata-se de um processo conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria Colegiada e demais profissionais da organização com a finalidade de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade da Instituição.

### 16.1. Estrutura

A estrutura de controles internos se apresenta integrada entre as demais áreas do Banco. O Sistema de Controles Internos é segmentado em linhas, cabendo a todos os integrantes dessas linhas a execução do gerenciamento dos controles internos, por meio da observação, sinalização de eventos de riscos e implementação de ações mitigadoras.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos, a gestão dos controles internos da Instituição tem como base os principais componentes da metodologia do COSO (*Comitê of Sponsoring Organizations*), utilizando-se de instrumentos para identificação, avaliação e monitoramento dos riscos, buscando resguardar recursos, diminuir as ocorrências de perdas e contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos.

### 16.2. Avaliação dos Controles

Os controles internos do Banpará são testados por meio das avaliações presenciais, bem como, autoavaliações periódicas.

As fragilidades identificadas geram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados pelo subnúcleo de controles internos e seus status reportados mensalmente à Diretoria Colegiada e trimestralmente ao Conselho de Administração.

## **17. Conclusão**

A gestão dos riscos corporativos é realizada em conformidade com as regulamentações do Bacen e adequada às melhores práticas da indústria financeira, buscando a disseminação da cultura de riscos em seus diversos níveis, inclusive aos prestadores de serviços terceirizados relevantes.

O processo do gerenciamento de riscos é dinâmico e prospectivo, permitindo assim que os riscos sejam preventivamente identificados, mensurados, mitigados, monitorados e reportados aos Órgãos de Governança por meio de relatórios tempestivos e periódicos.

**Thiago Jayme Sousa**  
Superintendente de Gestão  
de Risco Financeiro

**Franciane Santos da Silva**  
Gerente de Risco de Mercado e Liquidez e  
Gestão de Capital



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Banpará. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.banpara.b.br/Verificar/9B5E-860B-27CC-7D9E> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.banpara.b.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9B5E-860B-27CC-7D9E



### Hash do Documento

7675C6DEA040709FB991E17D1CDAD4AD9110497F044C08E7DD96D71B44DE2B0B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/03/2022 é(são) :

- Thiago Jayme Sousa - 748.\*\*\*.\*\*\*-53 em 08/03/2022 11:57 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Tue Mar 08 2022 11:57:31 GMT-0300 (GMT-03:00)

**Geolocation** Location not shared by user.

**IP** 10.0.1.184

**Assinatura:**

### Hash Evidências:

03CA350236BEFE64B8675F05A451C6D35E87A312EE4E6C5A3210F15FA38AACCC2

- Franciane Santos Da Silva - 642.\*\*\*.\*\*\*-87 em 07/03/2022 12:07 UTC-03:00

**Tipo:** Assinatura Eletrônica

**Identificação:** Autenticação de conta

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Mar 07 2022 12:07:52 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

**Geolocation** Latitude: -1.4483456 Longitude: -48.4835328 Accuracy: 3091.251422856465

**IP** 10.0.1.185

**Assinatura:**

*Franciane Santos*  
**Franciane Santos**  
Gerente

**Hash Evidências:**

D4C4E131C89ABDFD4D4EAB236F520C5DB04491446C79FC8E02C6575C3AF7C9AA